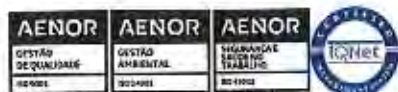




# Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.

## Relatório e Contas 2025





ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....	18
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....	23
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	50



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO



## ATIVIDADE DA EMPRESA



A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, por contrato celebrado a 18 de março de 2010, com o Município do Cartaxo, e por um período de 35 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge 15 milhões de euros, a preços correntes.

Ao abrigo do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) foram aprovadas as candidaturas apresentadas pela Cartágua (POSEUR-03-2012-FC-000010 e POSEUR-03-2012-FC-000011) para a construção da ETAR de Pontével e da ETAR de Valada respetivamente, no último trimestre do ano 2016. Esta aprovação pressupõe um investimento em Infraestruturas de cerca de 5,9 milhões de euros e uma comparticipação do Fundo de Coesão de aproximadamente 3,7 milhões de euros a partir do ano 2017. No final de 2024 as ETAR de Pontével e a ETAR de Valada entraram em pleno funcionamento.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Cartágua irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente.

### Plano de Investimentos Executado

O investimento em Infraestruturas realizado durante o ano de 2025 foi nulo, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final de 2025 o montante acumulado de 13.921.209 Euros, o qual, face ao valor definido como obrigatório (15.339.402 Euros), apresenta uma percentagem de realização de cerca de 91%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas realizado pela Cartágua no final de dezembro de 2025 é o que se apresenta no quadro seguinte:

		Ano de 2025	
Abastecimento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	395 425
		Baixa	862 537
	Pontével, Casais Amendoeira, Casais Lapa	Alta	320 565
		Baixa	180 183
	Valada, Porto Muge, Reguengo	Alta	74 329
		Baixa	183 845
	Vale da Pedra	Alta	365 927
		Baixa	97 302
	<b>Sub-total</b>		<b>2 490 113</b>
	Saneamento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta
Baixa			436 950
Pontével, Casais Amendoeira, Casal Penedo, Vale da Pinta		Baixa	1 979 373
		Baixa	301 155
Valada, Porto Muge		Alta	85 889
		Baixa	341 732
Eireira, Lapa		Baixa	8 610
Outros			7 750 224
<b>Sub-total</b>		<b>11 431 098</b>	
<b>Total</b>		<b>13 921 208</b>	

### Rubricas do Plano de Investimento em Execução

#### *ETAR de Valada e respetivo sistema intercetor*

A construção da ETAR de Valada e dos sistemas intercetores foi alvo de candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR). O custo total elegível foi de 3.210.290 Euros, correspondendo o apoio financeiro da União Europeia a 2.138.053 Euros. No final de 2022 concluiu-se a construção da EEAR de Porto Muge, tendo a instalação iniciado o seu funcionamento no início de 2023.

#### *Remodelação da rede de saneamento do Porto de Muge*

A conclusão desta infraestrutura ocorreu com a finalização da construção da EEAR de Porto Muge, que iniciou o seu funcionamento no início de 2023.



## SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Em Janeiro de 2014, a Cartágua obteve a certificação do Sistema de Gestão de Qualidade e de Ambiente, passando assim a cumprir o disposto nas normas ISO 9001 e ISO 14001.

A promoção da segurança e saúde no trabalho e a prevenção no respetivo âmbito são consideradas um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.



A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida é feita com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições definidas.

Relativamente ao sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho, em 2025 destacam-se as seguintes ações:

- Auditorias às instalações;
- Avaliação da iluminância;
- Consulta aos trabalhadores em matéria de Equipamentos e Máquinas;
- Avaliação de máquinas e equipamentos;
- Avaliação do conforto térmico;
- Avaliação de riscos ergonómicos;
- Avaliação da qualidade do ar no interior;
- Avaliação de riscos psicossociais;
- Avaliação do ruído.

A Cartágua detém desde 2015 a certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, sendo que em 2020 foi efetuada a transição para a norma ISO 45001.



## ASPETOS TÉCNICOS

### Qualidade da Água Distribuída



#### *Qualidade de água para consumo humano*

De forma a monitorizar a qualidade da água distribuída, a Cartágua realizou as análises em conformidade com o descrito no Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), e elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de agosto,

alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

Todas as análises efetuadas, tal como a recolha das amostras, são realizadas por um laboratório externo acreditado para o efeito.

A Cartágua, além de realizar o controlo previsto no PCQA, realiza diariamente um controlo operacional à água destinada ao consumo humano, de forma a verificar os níveis de cloro (livre e total) em toda a extensão do sistema de abastecimento e detetar possíveis anomalias, com o objetivo de implementar com a maior brevidade possível medidas eficazes.

No que se refere ao controlo da qualidade da água captada nos cinco furos de captação, este é efetuado de acordo com o estipulado nos títulos de recursos hídricos.

#### *Qualidade das águas residuais*

A monitorização da qualidade das águas residuais tratadas nas ETAR da Cartágua é efetuada de acordo com o plano de controlo definido nas licenças de descarga emitidas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Adicionalmente, é efetuado pela Cartágua um controlo mais abrangente, por forma a obter-se outra informação relevante que permita avaliar a eficiência do tratamento, nomeadamente a monitorização de mais parâmetros, bem como em diferentes órgãos ao longo do processo de tratamento das ETAR.

Tal como indicado para a qualidade da água para consumo humano, também as análises efetuadas no controlo das águas residuais bem como a respetiva recolha das amostras são realizadas por um





laboratório externo acreditado. A referida recolha é efetuada com recurso a um amostrador composto, por forma a obter-se uma mistura representativa do efluente no ponto de recolha pré-definido.

#### Controlo de pragas

O plano de controlo de pragas de todos os locais afetos ao sistema de distribuição de água para consumo humano, bem como de recolha e tratamento de águas residuais, mantém-se com uma periodicidade bimensal. No decorrer do ano 2025 foram realizadas 6 intervenções. A Cartágua através deste processo elimina possíveis pragas nas suas instalações, garantindo uma melhor qualidade do seu sistema.

#### Volumes de Água Comprada e Captada

No que respeita ao volume de água captada e comprada, a Cartágua durante o ano de 2025 captou um total de 1.742.309 m<sup>3</sup>, e comprou 169.757 m<sup>3</sup> respetivamente.

O volume anual de água para consumo humano tem origem maioritariamente na água captada, correspondente a cerca de 91% do volume total.

#### Volume Faturado

No que respeita ao volume de água faturado a Cartágua faturou durante o ano de 2025 um total de 1.358.162 m<sup>3</sup>, em que 1.064.058 m<sup>3</sup> são referentes a consumidores domésticos e 294.104 m<sup>3</sup> dizem respeito a consumidores não-domésticos.

Por outro lado, em relação ao sistema de saneamento de águas residuais, em 2025 foram faturados, pela Cartágua, cerca de 1.306.257 m<sup>3</sup> divididos pelos diferentes tipos de utilizadores.



#### Interrupções de Funcionamento planeadas e não planeadas

No ano de 2025, o número de intervenções não programadas em condutas, ramais e outros locais de abastecimento perfazem um total de 267 intervenções, destas 136 interrupções originaram corte de abastecimento à população.

No que respeita às interrupções na rede de abastecimento planeadas, foram efetuadas 96 interrupções com aviso prévio.

### Volume de água residual recolhido e tratado

Nas ETAR geridas pela Cartágua, no decurso do ano de 2025 foi recolhido um volume de 1.436.245 m<sup>3</sup> de águas residuais, e tratado um volume de 1.239.779 m<sup>3</sup>.

### Instalação de contadores

A renovação do parque de contadores evita a existência de erros na medição dos volumes de água distribuída, garantindo a cada cliente que lhe seja faturado a quantidade de água que efetivamente consome. No que respeita ao ano de 2025, foram substituídos 1.313 contadores.

No que respeita ao ano de 2024 foram substituídos 659 contadores.

### Reabilitação da rede de água e de águas residuais

No que se refere à construção da rede de distribuição de água para consumo humano, entre janeiro e dezembro de 2025 a Cartágua não procedeu a qualquer extensão de rede. No entanto renovou-se cerca de 1.553 m de condutas.

### Instalação de ramais domiciliários de abastecimento e saneamento

No ano de 2025, foram instalados 222 ramais de abastecimento de água, dos quais 93 foram novos ramais e 129 foram renovados.

### Intervenções na rede de saneamento

As obstruções na rede coletora constituem uma dificuldade para o correto e eficiente funcionamento da própria rede. Para um aumento na eficácia das redes de saneamento, a Cartágua tem como objetivo a manutenção constante da referida rede, por forma a que esta esteja, a mais funcional e desobstruída possível, em 2025 verificarão-se 61 intervenções nas redes de saneamento.

### Limpeza de rede de águas residuais e fossas sépticas

No âmbito do plano de manutenção da rede de saneamento, está definido que esta deverá ser efetuada com uma periodicidade mínima semestral. As limpezas na rede de saneamento são efetuadas, principalmente, nas estações da Primavera e do Outono evitando, desta forma, as obstruções na rede, ramais e descarregadores de tempestade, e protegendo o meio ambiente.

Todas as limpezas são efetuadas com recurso a camiões combinados, que têm uma elevada capacidade de aspiração e de limpeza. Em 2025, a Cartágua procedeu à limpeza de 60.290 metros de coletores de águas residuais.



No decorrer do ano de 2025, a Cartágua procedeu à limpeza de 503 fossas sépticas e recolheu 4.302,5 m<sup>3</sup> de águas residuais.

#### Construção e instalação de ramais e redes de águas residuais

No que se refere à rede de drenagem de águas residuais, no ano de 2025, a Cartágua não procedeu a qualquer construção da rede e não efetuou qualquer substituição da rede de saneamento.

Relativamente à instalação de ramais de saneamento, no período em análise a Cartágua construiu 60 ramais novos, não tendo sido necessária qualquer intervenção ao nível de renovação de ramais.

#### Consumos energéticos e de reagentes

A otimização de recursos é um dos eixos estratégicos da Cartágua, espelhando esse compromisso no controlo da eficiência energética das instalações.

Durante 2024 foram consumidos um total de 1.709.381 kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e em todas as instalações de águas residuais.

Durante 2025 foram consumidos um total de 1.821.199 kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e em todas as instalações de águas residuais.

A desinfecção da água destinada ao consumo humano encontra-se a ser realizada através da injeção de cloro gás em três pontos: Central das Pratas, Furos AC 3 e AC 4. Assim, no decorrer do ano de 2025 foram consumidos 1.391,75 kg e no ano de 2024 foram consumidos 1.019 Kg.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Cartágua assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município de Cartaxo, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* dos seus acionistas, a Cartágua apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).



A Cartágua tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da Cartágua é definida em relação direta com a estratégia de ambos os grupos acionistas, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do

sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Cartágua procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2025 de 29 pessoas, no exercício de 2024 foram 27 pessoas.

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Cartágua espelha, entre outras, a realidade de uma empresa privada com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Cartágua no ano de 2025, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.



### Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 4,291 milhões de Euros (4,291 milhões de Euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 0 Euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 6% (de 4.053.487 euros em 2024 para 4.291.272 euros em 2025), e a rubrica de proveltos originados pela aplicação da IAS 11 diminuiu a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise (de 159,753 Euros em 2024 para 0 Euros em 2025).

### Gastos e Perdas

O total dos gastos da Cartágua foi em 2025 de 4.072.468 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 4.113.270 Euros, representa uma diminuição de 1%.

A rubrica de "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" (CMVMC), na qual se inclui, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 101.318 Euros, representando 3% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 98.437 Euros, representando então cerca de 2% do total dos gastos do exercício. A variação entre os dois exercícios, da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de 3%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção) registou 2.027,757 Euros, representando cerca de 50% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.880.890 Euros, representando então cerca de 46% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi cerca de 8%.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2025, foi nula para o período em análise. Em 2024 tinha sido de 159,753 Euros

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 605.073 Euros, representando cerca de 15% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior, a mesma rubrica registava 505.146 Euros, representando então cerca de 12% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de 20%.

A Cartágua registou, em 2025, um aumento das perdas por imparidade no valor de 10.649 Euros. Em 2024 as reversões de perdas por imparidade ascenderam a 24.002 Euros.

A rubrica de outros gastos registou em 2025, o montante de 80.942 Euros (2% do total dos gastos do período), tendo registado em 2024 o valor de 141.091 Euros (3% do total dos gastos do período). A variação entre os exercícios nesta rubrica apresentou uma diminuição de 43%.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações registou em 2025, o montante de 893.104 Euros (22% do total dos gastos do período), tendo registado em 2024 o valor de 896.024 Euros (22% do total dos gastos do período). A variação entre os exercícios nesta rubrica foi mínima.

O montante de juros de financiamentos suportados diminuiu, em virtude da diminuição das taxas de juro (Euribor) que ocorreram ao longo de 2025. No exercício de 2025, esta rubrica apresentou um valor de 353.625 Euros, tendo no exercício anterior, atingido o valor de 422.099 Euros.

#### Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Cartágua foi em 2025 de 4.432.700 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 4.388.288 Euros, representa um aumento de 1%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2025 cerca de 4.291.272 Euros, que comparada com o exercício anterior revela um aumento de 6% face ao valor de 4.053.487 Euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2025 com valor nulo, face ao valor de 159.753 Euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos registou no período em análise 135.287 Euros. A mesma rubrica registava em 2024 o valor de 136.779 Euros.

#### Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a 259.478 Euros, este aumentou cerca de 89 mil Euros face ao exercício anterior, no qual o mesmo apresentou um valor de 170.704 Euros.

#### Evolução dos Capitais Próprios

A rubrica de capitais próprios da Cartágua teve um incremento, devido ao resultado líquido positivo do corrente exercício.



Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela instabilidade no médio Oriente bem com as alterações climáticas que estão a levar as Empresas a encontrar estratégias para colmatar a escassez de água. A Cartágua continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Ainda que muito dependentes da conjuntura económica nacional, principalmente pelas medidas adotadas pelo Governo português, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

### Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 1.600.820 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de 1% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento de 2%, situando-se no final de 2025 em 707.716 Euros.

	Ano 2025	Ano 2024
Rentabilidade do ativo total	1,42%	0,88%
Rentabilidade dos capitais próprios	4,75%	3,23%
Rentabilidade das vendas	6,05%	4,05%
EBITDA	1 600 820	1 688 704
EBIT	707 716	692 680

### Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, em especial nos dois últimos anos, reflete uma tendência de alguma estabilidade entre as principais rubricas: ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 19.359.979 Euros em 2024 para 18.303.883 Euros em 2025.

Em termos desagregados, os capitais próprios aumentaram de 5.281.430 Euros em 2024 para 5.466.938 Euros em 2025, conjuntamente com uma diminuição do valor do passivo, de 14.078.549 Euros em 2024 para 12.836.945 Euros em 2025. Em parte, devido à diminuição das dívidas ao grupo constantes da rubrica de fornecedores.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro seguinte, verificou-se em 2025, em termos percentuais, que os mesmos se mantiveram constantes face ao ano de 2024, tendo melhorado alguns rácios:

	Ano 2025	Ano 2024
Capitais próprios	5 466 938	5 281 430
Passivo total	12 836 946	14 078 549
Passivo corrente	10 900 332	12 089 462
Ativo total	18 303 883	19 369 979
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	29,87%	27,28%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	42,69%	37,51%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	70,13%	72,72%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	84,91%	85,87%

## EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O novo Conselho de Administração da Cartágua foi nomeado para o triénio 2025-2027.

A Administração da Cartágua está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Cartágua encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

## DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, ou a quaisquer outras entidades públicas.





## PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO NAS ACÇÕES DA SOCIEDADE

Os membros dos Órgãos do Conselho de Administração e Fiscalização não detêm quaisquer ações da Sociedade, nem transacionaram ações no ano findo a 31 de dezembro de 2025.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do período, que ascendeu a 259.478,42 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal:	12.973,92 Euros
Para Outras Reservas:	246.504,50 Euros



## AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Cartágua aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Cartaxo, a 30 de março de 2026

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos António Cordeiro da Conceição

Presidente

Artur António Baptista Vidal

Vogal

Joaquim Paulo Cordeiro da Conceição

Vogal

Carlos Alberto Gonçalves Pires

Vogal

Tiago Manuel Lopes Carrilho dos Santos

Vogal



## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS




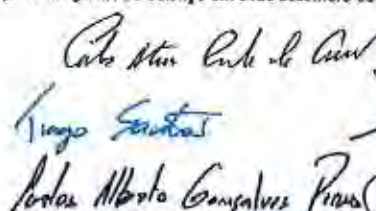
## CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

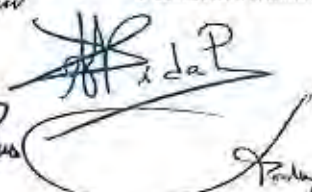
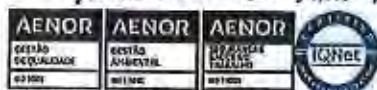
	NOTAS	2025	2024
<i>Em euros</i>			
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2; 8	673 341	607 486
Ativos intangíveis	3.1; 3.3; 6	15 356 647	16 008 759
Outros ativos financeiros	16	2 600	2 600
Ativos por impostos diferidos	3.4; 7	599 896	642 206
<b>subtotal</b>		<b>16 632 483</b>	<b>17 161 030</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	3.7; 8	563 616	513 323
Adiantamentos a fornecedores	3.7; 9	10 063	21 191
Estado e outros entes públicos	3.7; 8	177 070	131 318
Outros créditos a receber	3.7; 9	200 736	203 308
Diferimentos	10	6 209	7 427
Caixa e depósitos bancários	3.7; 4	814 708	1 322 384
<b>subtotal</b>		<b>1 771 400</b>	<b>2 198 949</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>18 303 883</b>	<b>19 359 979</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	3.6; 14	1 850 000	1 850 000
Reservas legais	3.6; 14	86 109	77 574
Outras reservas	3.6; 14	1 260 895	1 098 726
Outras variações no capital próprio	3.6; 14	2 010 456	2 084 426
Resultado líquido do período	3.6; 14	259 478	170 704
<b>Total do capital próprio</b>		<b>6 466 838</b>	<b>5 281 430</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	3.9; 6	1 418 193	1 418 193
Passivos por impostos diferidos	7	618 420	670 894
<b>subtotal</b>		<b>1 936 613</b>	<b>1 989 087</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.7; 13	866 461	2 027 908
Adiantamentos de clientes	3.7; 13	12 043	26 028
Estado e outros entes públicos	3.7; 8	74 265	74 312
Financiamentos obtidos	3.7; 12	4 845 000	4 845 000
Outras dívidas a pagar	3.7; 13	6 103 583	6 116 614
<b>subtotal</b>		<b>10 900 332</b>	<b>12 089 462</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>12 038 945</b>	<b>14 078 549</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>18 303 803</b>	<b>18 359 979</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



## CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Em euros	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	3.0 ; 16	4 281 272	4 213 240
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(101 318)	(96 437)
Fornecimentos e serviços externos	18	(2 027 757)	(2 040 643)
Gastos com o pessoal	19	(805 073)	(605 146)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(10 848)	24 002
Outros rendimentos	20	135 287	136 779
Outros gastos	21	(80 942)	(141 091)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 800 820</b>	<b>1 680 704</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.10 ; 22	(893 104)	(896 024)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>707 716</b>	<b>882 880</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10	6 141	4 437
Juros e gastos similares suportados	23	(363 825)	(422 099)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>360 232</b>	<b>275 018</b>
Imposto sobre o rendimento do período	24	(100 754)	(104 314)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>259 478</b>	<b>170 704</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

 Pedro Alberto Gonçalves Pires


**CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.**
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**

RUBRICAS	NOTAS	Em euros	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		4 220 526	3 999 734
Pagamentos a fornecedores		(2 973 889)	(2 330 108)
Pagamentos ao pessoal		(593 415)	(601 522)
Caixa gerada pelas operações		653 242	1 108 103
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(18 836)	(118 461)
Outros recebimentos/pagamentos		(370 807)	(170 892)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>283 688</b>	<b>918 950</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(214 567)	(214 446)
Ativos intangíveis		(204 551)	(178 751)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2 065	100
Subsídios ao investimento	9	-	288 050
Juros e rendimentos similares		6 141	4 437
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(410 912)</b>	<b>(80 610)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(280 463)	(428 078)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(280 463)</b>	<b>(428 078)</b>
<b>Variação do caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(607 687)</b>	<b>340 262</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 322 384	982 122
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	614 708	1 322 384

*O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas da evolução feita em 31 de dezembro de 2025*

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Paulo Alberto Gonçalves Pires

Paulo Alberto Gonçalves Pires

Paulo José Santos



**CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

*Em euros*

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1 850 000	64 636	852 908	2 173 013	258 756	5 199 313
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	-	12 938	245 818	-	(258 756)	-
Subsídios - POSEUR	-	-	-	(88 587)	-	-
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>	-	12 938	245 818	(88 587)	(258 756)	(88 587)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	170 704	170 704
Resultado Integral	-	-	-	-	82 117	82 117
<b>Posição no fim do período</b>	<b>1 850 000</b>	<b>77 574</b>	<b>1 098 726</b>	<b>2 084 426</b>	<b>170 704</b>	<b>5 281 430</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

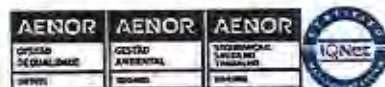
*Em euros*

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1 850 000	77 574	1 098 726	2 084 426	170 704	5 281 430
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	-	8 535	162 169	-	(170 704)	-
Subsídios - PDSEUR	-	-	-	(73 970)	-	(73 970)
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>	-	8 535	162 169	(73 970)	(170 704)	(73 970)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	259 478	259 478
Resultado Integral	-	-	-	-	185 508	185 508
<b>Posição no fim do período</b>	<b>1 850 000</b>	<b>86 109</b>	<b>1 260 895</b>	<b>2 010 456</b>	<b>259 478</b>	<b>5 466 938</b>

*O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025*

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



*Luís Santos*  
 Pedro Alberto Gonçalves Pereira  
 Pedro Álvaro Costa de Sousa

Cartágua



### 3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS





## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Zona Industrial do Cartaxo, lote 20, em Vila Chã de Ourique, constituída em 18 de março de 2010, tendo como atividade principal a prossecução da Concessão da Exploração e Gestão Conjunta dos Serviços Públicos municipais de Abastecimento de Água para Consumo público e de Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos no Município de Cartaxo, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, Infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

As Demonstrações Financeiras da Cartágua foram aprovadas em Conselho de Administração a 30 de março de 2026.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, alterado pela Portaria 218/2015, de 23 de julho e alterado pela Portaria 2020/2015 de 24 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Cartágua, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade



e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

### 3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

#### IFRIC 12

A Cartágua é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, pelo que a sua faturação depende integralmente dos



consumos de água, que são por sua vez influenciados pelas condições meteorológicas, variação do número de consumidores/população, legislação e imposições do organismo regulador do setor de atividade, entre outros fatores.

A 12 de março de 2013 foi efetuada uma revisão ao contrato de concessão, tendo ficado acordado entre a Cartágua e o Município do Cartaxo, que o pagamento total da renda fixa a pagar à Concedente durante o período da concessão, se altera de 23 milhões de euros para o valor de 10,58 milhões de euros, tendo este contrato efeitos a partir do exercício económico de 2013.

A referida revisão contratual, alterou a cláusula 74.ª do contrato de concessão (Retribuição da concessão), tendo ficado previsto, o pagamento de uma retribuição anual à Concedente de valor definido até ao sexto ano de concessão, passando a partir do sétimo ano, a ser variável e calculada com base numa percentagem do montante faturado e cobrado, relativamente às tarifas fixas e variáveis dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, que originou um ajustamento ao cálculo do ativo intangível e ao passivo financeiro associados ao contrato de concessão.

Desta forma, os registos contabilísticos tiveram por base os cálculos das retribuições fixas (durante os seis primeiros anos), considerando-se a partir do sétimo ano o valor como variável e totalmente dependente do rédito que a empresa vier a registar nesse momento.

Considerando que a base de cálculo dessa retribuição é a própria atividade operacional da empresa, considera-se custo operacional no ano em que se incorrer no mesmo. Consideramos ainda que a imprevisibilidade do setor de atividade ao qual está exposta a Cartágua gera incertezas significativas relativamente ao rédito que se venha a reconhecer a partir do sétimo ano, e até ao final do contrato de concessão, não sendo possível desta forma calcular fiavelmente a retribuição a pagar à Concedente no período em causa.

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 13,839 milhões de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o Investimento deve ser reconhecido no Ativo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Cartágua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, que se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 1 - Imóveis	50 anos
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rodante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos



No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respetivas, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

### 3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo Intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

No presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível.

O ativo Intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das Infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo Intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

### 3.4. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para

utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado Líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de ativos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

### 3.5. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital da entidade totalmente subscrito e realizado, era representado por 370.000 ações, com o valor nominal de 5,00 euros.

#### Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível e não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

#### Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

#### Outras variações no Capital Próprio

Esta rubrica inclui os valores ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) ajustado com a taxa de imposto do exercício mais a derrama.



#### Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

#### Outras dívidas a pagar

As outras contas a pagar incluem, credores por acréscimos de gastos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

#### Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### 3.7. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.





### 3.8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas em que se mantenha a possibilidade de afetar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam ativos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

### 3.9. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proventos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.



### 3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

### 3.11. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diversificado, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

### 3.12. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorreram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.



#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era:

	Ano 2025	Ano 2024
Caixa	1 500	769
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	11 752	105 562
Bankinter	366 802	922 463
Caixa Geral de Depósitos	434 854	293 800
<b>Total</b>	<b>814 708</b>	<b>1 322 384</b>

#### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2024	Aumentos e reavaliações	Alienações	Saldo em 31.12.2025
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
Terras e recursos naturais	20 387	-	-	20 387
Edifícios e outras construções	61 161	-	-	61 161
Equipamento básico	711 075	103 061	(24 200)	788 936
Equipamento de transporte	164 644	-	-	164 644
Equipamento administrativo	8 024	-	-	8 024
<b>Total</b>	<b>895 191</b>	<b>103 061</b>	<b>(24 200)</b>	<b>1 044 052</b>
<b>DEPRECIACÕES ACUMULADAS</b>				
	Saldo em 31.12.2024	Aumentos e reavaliações	Alienações	Saldo em 31.12.2025
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
Edifícios e outras construções	1 019	1 223,00	-	2 242
Equipamento básico	361 480	84 524	(24 200)	411 803
Equipamento de transporte	99 605	25 203	-	124 808
Equipamento administrativo	5 613	697	-	6 310
<b>Total</b>	<b>467 726</b>	<b>111 737</b>	<b>(24 200)</b>	<b>645 263</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>507 465</b>			<b>498 789</b>

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos e reavaliações	Alienações	Saldo em 31.12.2024
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
Terras e recursos naturais	-	20 387,00	-	20 387
Edifícios e outras construções	-	61 161,00	-	61 161
Equipamento básico	857 033	54 042	-	711 075
Equipamento de transporte	105 659	65 990	(7 105)	164 644
Equipamento administrativo	4 598	3 428	-	8 024
<b>Total</b>	<b>787 288</b>	<b>206 008</b>	<b>(7 105)</b>	<b>986 191</b>
<b>DEPRECIACÕES ACUMULADAS</b>				
	Saldo em 31.12.2023	Aumentos e reavaliações	Alienações	Saldo em 31.12.2024
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
Edifícios e outras construções	-	1 019,00	-	1 019
Equipamento básico	269 025	82 464	-	351 489
Equipamento de transporte	72 747	33 863	(7 105)	99 605
Equipamento administrativo	3 392	2 221	-	5 613
<b>Total</b>	<b>345 164</b>	<b>119 567</b>	<b>(7 105)</b>	<b>467 726</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>432 124</b>			<b>607 465</b>

Em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis em curso, foi o seguinte:

ATIVO FIXO TANGÍVEL EM CURSO	Saldo em 31.12.2024	Aumentos	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Equipamento de transporte	-	74 552	-	74 552
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>74 552</b>	<b>-</b>	<b>74 552</b>



Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2024	Aumentos e reavaliações	Saldo em 31.12.2025
Ativos intangíveis			
Plano investimento concessão	25 516 733	-	25 516 733
Direito utilização armazém	141 500	-	141 500
Obras realizadas concessão	266 067	129 255	394 322
<b>Total</b>	<b>26 823 300</b>	<b>129 255</b>	<b>26 952 555</b>

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2024	Aumentos e reavaliações	Saldo em 31.12.2025
Ativos intangíveis			
Plano investimento concessão	9 880 139	749 015	10 629 154
Direito utilização armazém	6 457	3 369	9 826
Obras realizadas concessão	27 945	28 983	56 928
<b>Total</b>	<b>9 914 541</b>	<b>781 367</b>	<b>10 695 908</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>16 908 759</b>		<b>16 256 647</b>

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos e reavaliações	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
Plano investimento concessão	25 516 733,00	-	25 516 733
Direito utilização armazém	141 500	-	141 500
Obras realizadas concessão	129 666	136 381	266 067
<b>Total</b>	<b>26 787 919</b>	<b>136 381</b>	<b>26 924 300</b>

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos e reavaliações	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
Plano investimento concessão	9 131 124	749 015	9 880 139
Direito utilização armazém	3 088	3 369	6 457
Obras realizadas concessão	3 972	23 973	27 945
<b>Total</b>	<b>9 138 184</b>	<b>776 357</b>	<b>9 914 541</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>16 649 735</b>		<b>16 908 759</b>

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, se encontra por realizar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor das provisões foi o seguinte:

	Ano 2025	Ano 2024
Saldo inicial	1 418 193	1 577 946
Aumentos	-	-
Diminuições (Nota 18)	-	(159 753)
<b>Total</b>	<b>1 418 193</b>	<b>1 418 193</b>

## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2025		Ano 2024	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	842 206	670 884	688 000	670 884
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 24)	(42 311)	(52 474)	(45 874)	(58 981)
<b>Total dos efeitos na demonstração de resultados</b>	<b>(42 311)</b>	<b>(52 474)</b>	<b>(45 874)</b>	<b>(58 981)</b>
Saldo final	800 895	618 410	642 126	611 903

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi de 19% e 20%, respetivamente, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeltam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis bem como das perdas por imparidade de clientes (Nota 9). A variação verificada face ao período anterior está relacionada, em cerca de 42,4 mil euros pela amortização de ativos intangíveis e -52 Euros pelas perdas por imparidades de clientes.

Os passivos por impostos diferidos são relativos ao subsídio POSEUR, que irá ser utilizado em linha com o reconhecimento na demonstração de resultados do mesmo.



## 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Ativo</b>		
Pagamento por conta	48 749	87 065
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	128 321	44 263
Outros impostos	-	-
<b>Total</b>	<b>177 070</b>	<b>131 318</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	58 443	58 439
Retenção de impostos sobre o rendimento	5 057	5 082
Contribuições para a Segurança Social e CGA	10 610	10 462
Outros impostos	146	329
<b>Total</b>	<b>74 256</b>	<b>74 312</b>

## 9. CLIENTES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica “Clientes” refletem os valores em dívida dos consumidores finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Clientes</b>		
Clientes C/C	583 615	513 323
Clientes Cobrança Duvidosa	22 745	12 096
Perdas por imparidade acumuladas	(22 745)	(12 096)
<b>Total</b>	<b>583 615</b>	<b>513 323</b>

### Perdas por Imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Saldo Inicial	(12 096)	(36 090)
Reforço	(10 649)	(9 830)
Reversão	-	33 832
<b>Saldo final</b>	<b>(22 746)</b>	<b>(12 096)</b>
<b>Variação Ano</b>	<b>(10 649)</b>	<b>24 002</b>

### Adiantamentos a fornecedores

A rubrica "Adiantamentos a fornecedores" reflete o valor adiantado aos seguintes fornecedores a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>		
Bondalti Chemicals,S.A.	3 910	2 789
Bankinter, S.A.	3 780	2 362
Zurich - Companhia de Seguros, S.A.	2 243	-
Getnat Europe, Entidade de Pago, S.L.	46	51
Sector Alamo	40	-
Unicre - Instituição financeira de Crédito	31	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	10	10
Via Verde Portugal, SA	3	136
ADN Portugal - Corretoras Seguros, S.A.	-	15 007
Guarda Nacional Republicana	-	422
MEO-Serv.Com.Mult. S.A.	-	387
SIBS - Forward Payment Solutions, S.A.	-	37
<b>Total</b>	<b>10 083</b>	<b>21 181</b>

### Outros Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de "Outros créditos a receber" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Outros créditos a receber</b>		
Devedores diversos	8	-
Devedoras por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	196 709	197 842
Devedores e credores diversos		
Cauções	4 018	5 864
<b>Total</b>	<b>200 736</b>	<b>203 308</b>

- (1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

## 10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de "Diferimentos" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Diferimentos</b>		
Gastos a reconhecer	5 209	7 427
<b>Total</b>	<b>5 209</b>	<b>7 427</b>





## 11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 60% da empresa FCC Aqualia, S.A., e Grupo Nov através da participação de 40% da empresa BioSmart – Soluções Ambientais, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respetivos Grupos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2025			Ano 2024		
	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Corrente (Nota 12)	Outros créditos a pagar - Corrente (Nota 19)	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Corrente (Nota 12)	Outros créditos a pagar - Corrente (Nota 19)
FCC Aqualia S.A. - Sociedade em Portugal	470 785	-	-	1 815 147	-	-
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	570 039	1 552 000	17 165	759 190	4 920 000	30 463
H2O - Hidro-Investimentos do Centro	-	-	2 833 000	-	-	3 160 000
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	7 110	-	-	7 897	-	-
FCC Aqualia S.A.	6 533	2 693 000	33 093	4 432	2 693 000	30 918
Trechev - Gestão Ambiental, S.A.	31 317	-	-	24 431	-	-
Rentel - Automóveis e Turismo, S.A.	-	-	-	-	-	-
Equipamentos e equipamentos Metalomecânica	13,4	-	-	-	-	-
Liz Online Projetos de Internet	285	-	-	375	-	-
Irregularidades	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>652 771</b>	<b>4 245 000</b>	<b>2 870 258</b>	<b>3 899 002</b>	<b>4 843 000</b>	<b>3 221 381</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2025		Ano 2024	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	Juros e gastos similares suportados (Nota 20)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	Juros e gastos similares suportados (Nota 20)
FCC Aqualia S.A. - Sociedade em Portugal	378 339	-	369 417	-
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	280 336	211 153	220 730	170 050
H2O - Hidro-Investimentos do Centro	13 974	-	168 753	-
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	-	-	16 122	-
FCC Aqualia S.A.	1 104	149 472	3 823	252 027
Trechev - Gestão Ambiental, S.A.	85 882	-	72 538	-
Rentel - Automóveis e Turismo, S.A.	11 322	-	8 550	-
Equipamentos e equipamentos Metalomecânica	3 270	-	-	-
Liz Online Projetos de Internet	1 191	-	3 375	-
Irregularidades	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>770 408</b>	<b>360 625</b>	<b>686 414</b>	<b>422 077</b>

## 12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Passivo corrente</b>		
<b>Financiamentos Concedidos Grupo</b>		
FCC Aqualia, S.A.	2 893 000	2 893 000
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	1 952 000	1 952 000
<b>Total</b>	<b>4 845 000</b>	<b>4 845 000</b>

Os valores constantes da rubrica são referentes a um empréstimo corrente dos acionistas, com vencimento anual a 31 de dezembro de cada ano e renovações sucessivas, se nenhuma das partes se pronunciar até um mês antes do término do contrato. Este financiamento está, neste momento, negociado à taxa de juro de 5% acrescida da Euribor a 3 meses.

## 13. FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Fornecedores e outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores C/C	33 080	128 408
Partes relacionadas (Nota 11)	832 371	1 899 502
<b>Total</b>	<b>865 451</b>	<b>2 027 910</b>

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Passivo corrente</b>		
<b>Outras dívidas a pagar</b>		
Pessoal	20	27
Fornecedores de investimentos partes relacionadas (nota 11)	2 893 000	3 180 016
Fornecedores de investimentos	145 342	13 690
Férias e subsídios de férias	79 030	67 873
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>		
Investimentos reversíveis - Canon a pagar	690 000	690 000
Juros a pagar - FCC Aqualia (nota 11)	33 920	38 461
Juros a pagar - Biosmart (nota 11)	17 165	19 463
Devedoras a credores diversos	1 245 106	1 107 084
<b>Total</b>	<b>5 108 603</b>	<b>5 116 814</b>

A rubrica de “Fornecedores de investimento” com partes relacionadas é relativa ao saldo do HICD.



### Adiantamentos de clientes

A rubrica "Adiantamentos de clientes" reflete o valor adiantado pelos clientes a 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi como segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Adiantamento de Clientes		
Adiantamentos de Clientes Gerais	12 043	25 628
<b>Total</b>	<b>12 043</b>	<b>25 628</b>

## 14. CAPITAL PRÓPRIO

### Capital

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital, totalmente subscrito e realizado, ascendia a 1.850 mil Euros e era composto por 370.000 ações com o valor nominal de 5 Euro cada.

### Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de abril de 2025, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de 170.704 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 8.535 Euros e o remanescente no valor de 162.169 Euros para a rubrica de outras reservas.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 6 de maio de 2024, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 258.756 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 12.938 Euros e o remanescente no valor de 245.818 Euros para a rubrica de outras reservas.

## 15. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Investimentos Financeiros" é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Investimentos Financeiros		
Fundo de Compensação do Trabalho	2 000	2 600
<b>Total</b>	<b>2 000</b>	<b>2 600</b>

O Fundo de compensação é um fundo autónomo, financiado pelas entidades empregadoras através de contribuições mensais que visam ao pagamento de até 50% do valor da compensação de trabalhadores

abrangidos por este regime na sequência da cessação do contrato de trabalho. Sempre que a entidade empregadora cessar um contrato de trabalho e pague a compensação devida, solicita ao fundo a devolução do valor entretanto pago. Este fundo está mensurado pelo valor do custo.

A contribuição para este Fundo terminou no decorrer do ano de 2023, sendo possível continuar a solicitar o reembolso em caso de saída do funcionário ou a utilização deste Fundo para formação profissional dos funcionários da empresa até o final de 2026.

## 16. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Vendas e prestações de serviços" apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Vendas	4 161 889	3 849 052
Serviços Prestados	129 383	104 435
Subcontratos (2) - (Nota 18)	-	159 753
<b>Total</b>	<b>4 291 272</b>	<b>4 213 240</b>

(2) Corresponde à componente de prós e lucros reconhecidos na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas, associado ao plano de investimentos.

## 17. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Matérias-primas</b>		
Existências iniciais	-	-
Compras	101 318	98 437
Existências finais	-	-



## 18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Subcontratos (1)	.	159 753
Serviços especializados	1 377 445	1 265 041
Energia e fluidos	310 463	259 680
Materiais	107 110	136 166
Deslocações, estadas e transportes	1 998	9 691
Serviços diversos	230 741	210 312
<b>Total</b>	<b>2 027 757</b>	<b>2 040 643</b>

(1) Corresponde à componente de custos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das Infraestruturas, associado ao plano de investimentos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 763.458 euros e 855.414 euros, respetivamente (Nota 11).

## 19. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Gastos com o Pessoal" é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Remunerações	470 615	397 694
Encargos sociais	102 113	86 133
Seguros de acidentes de trabalho	0 086	7 982
Outros gastos com o pessoal	24 259	13 437
<b>Total</b>	<b>606 073</b>	<b>505 146</b>

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi, nos exercícios findo em 2025 e 2024, de 29 pessoas e 27 pessoas, respetivamente.



## 20. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Outros rendimentos" é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Imputação de Subsídios - POSEUR	126 444	127 449
Alienação ativos fixos tangíveis	2 066	100
Outros rendimentos	6 778	9 230
<b>Total</b>	<b>135 287</b>	<b>138 779</b>

A rubrica POSEUR inclui os montantes reconhecidos como rendimento em 2025 e 2024, numa base sistemática, na demonstração financeira para balancear com os gastos relacionados (amortizações).

## 21. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
Impostos e taxas	77 777	99 206
Dívidas incobráveis	-	33 832
Outros gastos	3 165	8 054
<b>Total</b>	<b>80 942</b>	<b>141 091</b>

## 22. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" era o seguinte:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Edifícios e outras construções	1 223	1 019
Equipamento básico	84 524	82 464
Equipamento de transporte	25 293	33 863
Equipamento administrativo	697	2 221
<b>Ativos intangíveis</b>		
Outros ativos intangíveis (Canon)	278 148	278 148
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	503 221	498 211
<b>Total</b>	<b>888 104</b>	<b>888 024</b>



### 23. JUROS SUPOSTADOS E JUROS OBTIDOS

A rubrica "Juros e gastos similares suportados" apresentava no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Juros obtidos</b>		
Juros e rendimentos similares obtidos	8 141	4 437
<b>Total</b>	<b>8 141</b>	<b>4 437</b>
<b>Juros suportados</b>		
Juros de financiamentos obtidos (nota 11)	353 625	422 077
Outros juros	-	22
<b>Total</b>	<b>353 625</b>	<b>422 099</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(347 464)</b>	<b>(417 662)</b>

### 24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 20%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município do Cartaxo, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de Imposto agregada máxima de 21,5%.

Para o exercício de 2025, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou Impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2022 a 2025 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhados conforme se apresenta de seguida:

	Ano 2025	Ano 2024
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	301 789	216 579
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	470 868	470 088
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	58 443	58 439
Perdas por imparidade não aceites fiscalmente	7 087	7 372
Créditos incobráveis	-	33 832
Juros não aceites para além do limite fiscal	-	66 328
Excesso estimativa imposto IRC	(1 187)	(908)
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(532 169)	(532 169)
Reversão imparidade	-	(33 832)
Benefícios fiscais	(33 937)	(29 778)
<b>Lucro tributável</b>	<b>271 794</b>	<b>268 734</b>
Prejuízos reportados de anos anteriores	-	-
<b>Matéria cobrável</b>	<b>271 794</b>	<b>268 734</b>
Colata	52 861	51 914
Pagamento por conta	48 748	87 065
<b>IRC a pagar/(recuperar)</b>	<b>4 112</b>	<b>(35 161)</b>
Derreza	4 077	3 861
Tributações autónomas	1 505	2 674
<b>Total a pagar/(recuperar)</b>	<b>8 894</b>	<b>(28 626)</b>
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>58 443</b>	<b>58 438</b>
Imposto diferido ativo (Nota 7)	42 311	45 875
<b>Imposto do exercício</b>	<b>100 754</b>	<b>104 314</b>
<b>Resultado antes do imposto</b>	<b>360 232</b>	<b>276 018</b>
<b>Imposto diferido ativo (2741/8.022)</b>	<b>(42 311)</b>	<b>(45 875)</b>
<b>Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado</b>	<b>(100 754)</b>	<b>(104 314)</b>
<b>Resultado após impacto do imposto diferido ativo</b>	<b>259 478</b>	<b>170 704</b>





## 25. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

### Ativos contingentes

Na data de 31 de dezembro de 2025, não existiam na Cartágua ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

### Passivos contingentes, garantias e compromissos

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Cartaxo, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2025	Ano 2024
FCC Aqualia, S.A.	180 000	180 000
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	120 000	120 000
<b>Total</b>	<b>300 000</b>	<b>300 000</b>

## 26. LOCAÇÕES

### Locações operacionais

A Empresa celebrou contratos de locações de viaturas.

Os contratos de *renting* de viaturas foram celebrados por um período inicial entre 12 e 60 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no término do contrato. Face às dificuldades de aquisições de novas viaturas em consequência da falta de componentes no mercado, em 2025 foi renegociado o prazo das entregas das viaturas que estavam em fim de contrato.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2025 e 2024, são conforme segue:

	Ano 2025	Ano 2024
<i>Renting viaturas</i>		
2025	-	12 984
2024	7 999	-
<b>TOTAL</b>	<b>7 999</b>	<b>12 984</b>

	2025	2024
<i>Debito em</i>		
<i>Renting viaturas</i>	14 425	19 018
<b>TOTAL</b>	<b>14 425</b>	<b>19 018</b>



27. HONORÁRIOS AUDITORIA

A Empresa registou um gasto com honorários relativo aos auditores Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., no montante de 8.700 Euros, relativos à auditoria às demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*João José Simões*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

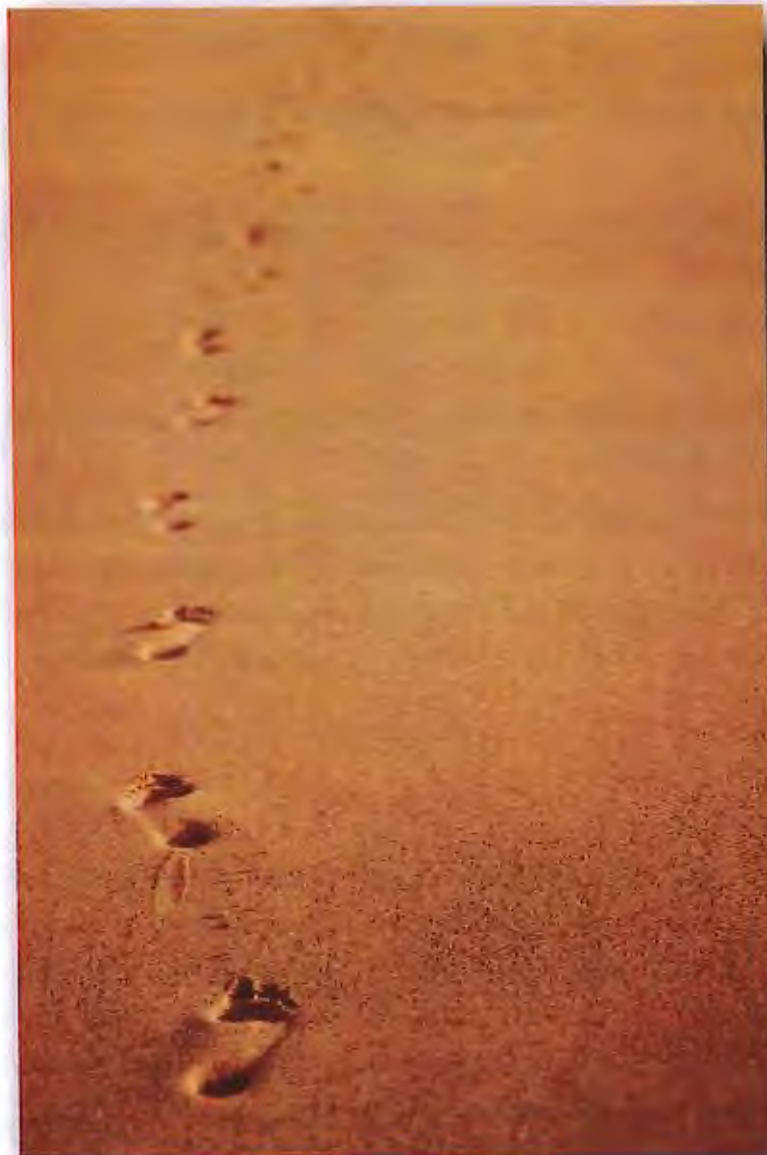
*[Handwritten signature]*

*Carlos Manuel Costa de Azevedo*

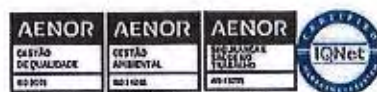
*[Handwritten signature]*

*Peritor Alberto Gonçalves Pires*

*[Handwritten signature]*



## 4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

MANUËL OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MÂNUEL BRENHA  
JOÃO CARLOS CRUZADO  
PEDRO MIGUEL MANSO  
HÁBIA BALBUENA CRAYO  
PEDRO CORREIA PROENÇA  
MANUELA GUERRA OLIVEIRA  
FREDERICO AMARAL RASQUINHA  
DILÓGICA SÓFIA GUERRA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CARTÁGUA- ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 18.303.883 euros e um total de capital próprio de 5.466.938 euros, incluindo um resultado líquido de 259.478 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CARTÁGUA- ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

1 de 3

PA



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria,

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

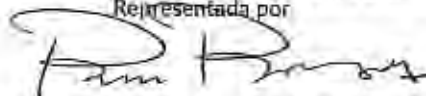
### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de março de 2026

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Pedro Correia Proença, ROC n.º 2021  
Registado na CMVM sob o n.º 20230005



OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

JÓANNA OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MÂNUEL ORETTA  
JOÃO CARLOS CRUZINHO  
PEDRO MIGUEL MATEO  
MARTA BALBINA CRAVO  
PEDRO FERREIRA PROENÇA  
MÁRIOLA OLIVEIRA  
FREDRIGO AMARTE PASQUILHA  
ESTÉRICA MARTA CUNHA

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da **CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Fiscal Único recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas, que deve ser entendida como completando este relatório.
5. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2025, tal como foram apresentados pela Administração;
  - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 30 de março de 2026

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Pedro Correia Proença, ROC n.º 2021  
Registada na CMVM sob o n.º 20230005